

SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DE CAMPONESES NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: O CASO DA PLANTAÇÃO DE PEPINOS PARA CONSERVA

Gustavo Caique Pereira Negrão¹
Maria Aparecida Martins dos Santos²
Giovana Carolina Souza Oliveira Soares³

Resumo

A região do Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo. A ocupação fundiária da região fundamentou-se, basicamente, na grilagem de terras, sendo este um processo de falsificação de documentos das propriedades. Desde sua formação até os dias de hoje o Pontal nunca perdeu suas características de lutas pela Reforma Agrária e com este cenário de lutas que pretendemos problematizar a entrada da empresa Refricom na região, no sentido que esta exerce as relações de subordinação do trabalho dos camponeses assentados, principalmente a partir do momento em que este modelo de produção determina e impõe ao camponês uma forma de produzir tecnificada alterando sua relação com natureza, e seu controle sobre tempo e espaço.

Palavras-chave: Campesinato, Trabalho, Subordinação.

Introdução

O referente trabalho⁴ irá apresentar dados parciais de pesquisa desenvolvida pelo Coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde – UNESP, Presidente Prudente)⁵, sobretudo em relação aos estudos de campesinato realizados na região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo. Analisaremos as relações de subordinação do trabalho encontradas nas dinâmicas de produção de pepinos para conserva e como essa alternativa vem sendo apropriada como uma estratégia de reprodução dos assentados nesta região, diante da uma ineficaz atuação do Estado no tocante à elaboração de políticas públicas para produção de alimentos.

¹ Graduação em Geografia a pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Membro do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde. E-mail: negrao_gustavo@outlook.com

² Graduação em Geografia a pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Membro do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde. E-mail: maria_martins@live.com

³ Graduação em Geografia a pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Membro do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde. E-mail: giovana.oliveira95c@gmail.com

⁴ Trabalho escrito sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente.

⁵ Processo/FAPESP: 2012/23959-9.

É com essa perspectiva que pretendemos compreender o processo de formação territorial e o histórico da luta pela terra na região do Pontal relacionando este contexto de luta com a entrada do projeto de produção de pepinos pela empresa Refricon Mercantil nos assentamentos, descrevendo as formas de trabalho na produção do pepino e a inserção do pacote tecnológico relacionado à subordinação do trabalho, além de problematizar o uso exacerbado de agrotóxicos nessa produção.

A metodologia de pesquisa na qual nos apoiamos consiste em trabalho de campo com realização de entrevistas semi-estruturadas. Foram realizadas 70 entrevistas com famílias produtoras de pepinos, em assentamentos de quatro municípios (Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Sandovalina), nas quais levantamos informações primárias, e registros de imagens, áudios e dados que foram georreferenciados, além de selecionarmos palavras-chaves (insuficiência de políticas públicas, uso de agrotóxicos, formas de alteração do trabalho e alternativas de produção além do pepino) que abrangiam nossas entrevistas para retratar o objetivo proposto com esse trabalho.

Esta metodologia tem nos permitido analisar como as famílias estão vivenciando em suas terras o avanço do ideário do capital, no caso estudado, o uso indiscriminado de “defensivos agrícolas”, a inflexibilidade do uso de pacotes tecnológicos e a subordinação da renda terra e do trabalho a lógica do capital.

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema

O surgimento do campesinato brasileiro está relacionado com a forma como se deu a formação da questão agrária no Brasil, que desde o período colonial designou grande quantidade de terras para os fazendeiros. Em 1850 com a promulgação da Lei de Terras – que proibia a aquisição de terras por outro meio que não a compra – se impõe ao campesinato novas condições para sua existência, pois se dá início a forma de propriedade privada pelo modo capitalista, onde o camponês pobre não consegue se estabelecer na terra a não ser pelo meio da posse. O direito de propriedade que então define a terra como mercadoria em nossa sociedade serve a duas formas contraditórias de apropriação, a familiar camponesa e a capitalista (MARQUES, 2003).

A partir dos anos de 1950 a configuração do campo brasileiro começa a gerar consequências, e o campesinato começa a se caracterizar de uma nova forma, surgindo nesse

período as “Ligas Camponesas” que tem origem nos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Nesse momento há uma intensificação dos conflitos e por disputas por terras e assim como a reivindicação de direitos. Com o golpe militar de 1964 movimentos populares passam a ser alvo de perseguição gerando conflitos extremamente violentos no campo. Nesse período surge o Estatuto da Terra, que tinha proposta de realizar a Reforma Agrária, que na realidade era uma forma de colonizar áreas de fronteiras e modernizar a agricultura familiar.

O campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje. (FERNANDES, ano, p.01)

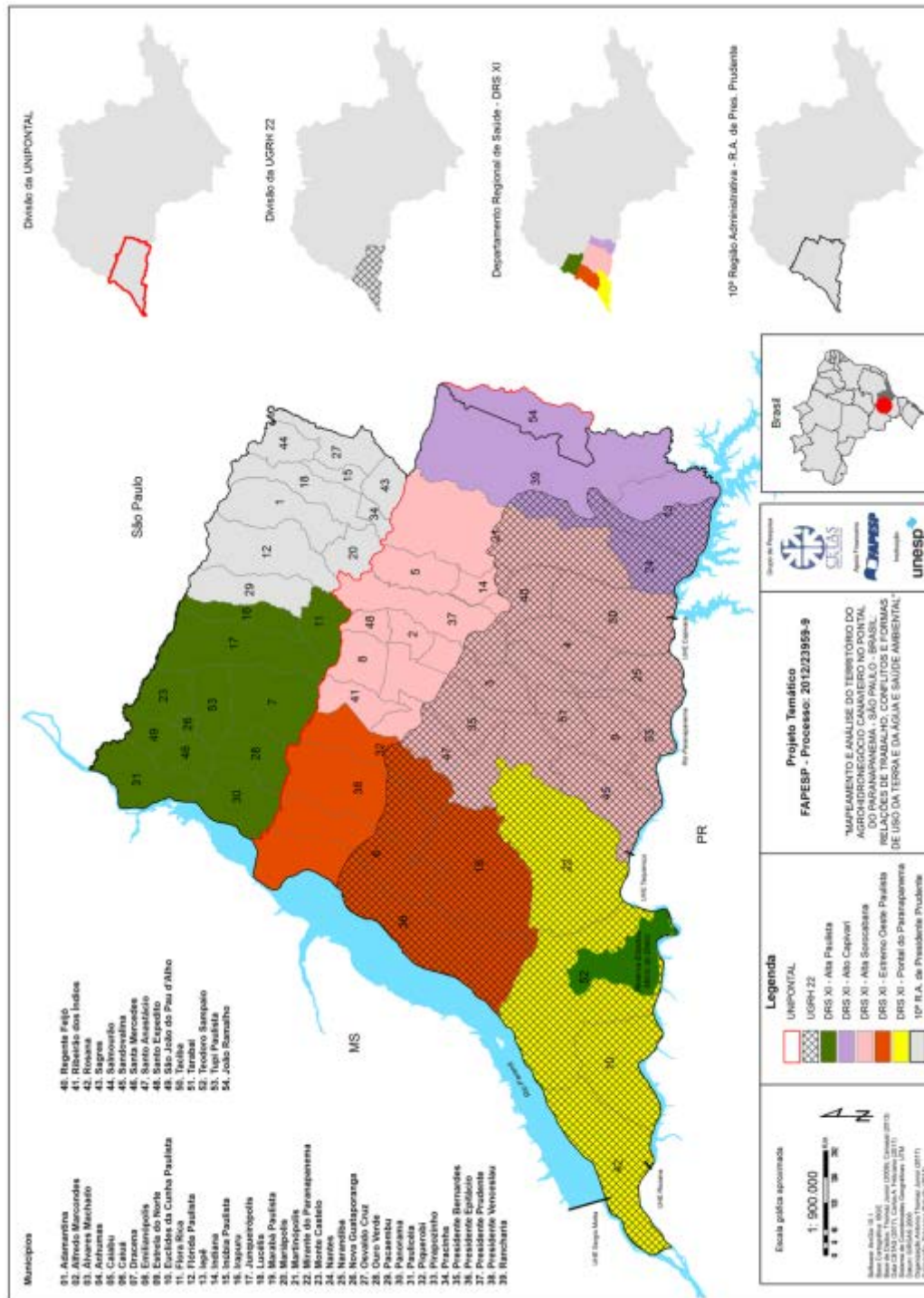
Em 1975 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surge como instrumento de denúncia da violência vivenciada no campo e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) tornam-se espaços de reflexão e de organização da luta no campo. A partir desses espaços surgem a demanda por novas organizações sociais.

No ano de 1984 é fundado o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com o intuito de resistir, e lutar pelo direito a terra. Por meio de várias ações, dentre estas principalmente as ocupações de terras que se espacializam pelo território brasileiro. O MST se consolida durante a década de 1990 como um dos principais movimentos sociais do campo brasileiro.

Uma das formas de luta forjada pelos movimentos foram as ocupações de terras. Questionam os procesos de grilagem de terras ou então aquelas propriedades que não estejam cumprindo com sua função social.

As ocupações constituem um momento de luta pela terra. Como resposta as ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. (GIRARDI,2008, p.77)

Esse movimento do campesinato, no caso protagonizado MST, evidenciou a necessidade premente da realização da Reforma Agrária no país, Nesse sentido a região do Pontal do Paranapanema (mapa 01) localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, que pode ser entendido segundo Feliciano (2009), como uma fração do território capitalista disputada por classes distintas de uma mesma sociedade. Região historicamente centrada na prática e uso da violência



Mapa 01: Localização da Região Pontal do Paranapanema

Fonte: DATACetas

Inicialmente o território compreendido atualmente como Pontal do Paranapanema era morada de diversos grupos indígenas que foram exterminados de forma violenta da região por grileiros e grandes posseiros. Tendo obtido sucesso no extermínio indígena posseiros e grileiros passam a disputar entre si as terras da região o que gera novos conflitos que tinham por objetivo justificar quem eram os donos daquelas terras. Assim para “comprovarem-se” como “donos legítimos” das terras houve um intenso processo de falsificação de documentos das propriedades, denominado de grilagem da terras.

A partir desse contexto de lutas que contribuem para constituição do território do Pontal, somando-se a conjuntura nacional da questão agrária, surge final no início do anos de 1990 o MST na região. A primeira ocupação de terras ocorreu em julho de 1990 segundo Fernandes (2001) o no município de Teodoro Sampaio

Desde os anos de 1990 o MST vem atuando na região realizando trabalho de base, ocupações de terras e diversas manifestações com intuito de pressionar o Estado a retomar as áreas públicas ocupadas indevidamente e irregularmente por latifundiários (grileiros). Assim o período de 1990 a 2000 foram anos de intensos e violentos conflitos entre camponeses e fazendeiros, que ganharam visibilidade nacional e caracterizaram o Pontal como uma das regiões do país com maiores conflitos agrários. Também foi um período de conquistas e entre elas, a de inúmeros assentamentos rurais na região. Ao longo da década de 1990 ocorreram 380 ocupações de terras, com a participação de 62.105 famílias sem-terra; em relação as áreas obtidas, foram 79 assentamentos rurais e 4.085 famílias assentadas (ORIGUÉLA,2012).

As lutas e conquistas alcançadas formaram um proceso de territorialização da luta camponesa no Pontal do Paranapanema. Após a conquista do assentamento, a luta tem continuidade, pois surge a necessidade do acesso a serviços públicos e de qualidade nos assentamentos, e além disso de políticas que contribuam para o avanço e consolidação dos assentamentos rurais,

O desmonte das Políticas Públicas para o campo no contexto do golpe de 2016

Ao se conquistar o assentamento, surge uma nova etapa da luta, é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI,

2008). Para isso surgem a luta pela efetivação de políticas públicas como instrumento do Estado que leve aos assentamentos condições para que eles possam se fixar na terra.

Os anos de governo Lula (2003 à 2010) foram anos nos quais houve a configuração de um governo que usou das políticas públicas como uma forma de diminuir a pressão dos movimentos sociais em relação a não realização de uma Reforma Agrária. O que se teve foi a criação e ampliação de políticas públicas voltadas para o campo. Fortalecimento de Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ampliação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e outros programas criados para atenderem as comunidades tradicionais, quilombolas, e políticas voltadas para educação fizeram parte do texto do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II) e contribuíram, mesmo que com muitas deficiências e contradições para que o campesinato continuasse produzindo de forma que garantia seu sustento e sua reprodução no campo.

Com o golpe político/midiático/judicial em 2015/2016 que trouxeram consequências gravíssimas no sentido de perde direitos e ameaça a democracia, além de todo conjunto de ações de uma política declaradamente neoliberal com desmonte do Estado e junto a isso o fim de diversas políticas públicas. Nesse contexto os camponeses buscam alternativas e formas de resistência e dentre elas, no caso a ser discutido no texto é o processo de integração/subordinação do trabalho e renda dos camponeses assentados a indústria.

Em pesquisa de campo realizados nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, verificamos como o desmonte das políticas públicas atingiu as famílias camponesas, que na região já possuem histórico de subordinação ao capital por meio das indústrias canavieiras, e que agora veem se subordinando ao capital dentro de seus lotes com a inserção da produção de pepinos para a empresa Refricon S/A.

A Empresa Refricon Mercantil e o proceso de redefinição das relações de trabalho em assentamentos do Pontal do Paranapanema.

A Refricon Mercantil S/A é uma empresa com várias unidades distribuídas por todo o território brasileiro, atuando no setor de produtos vegetais, tendo entre seus clientes empresas do setor alimentício do país. Possui uma linha de processamento 100 % automatizada, com tecnologia importada de países como Japão, Austrália, Inglaterra, Nova Zelândia e Estados Unidos.

A empresa iniciou suas atividades em 1990, no município de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo. Em 1991 é inaugurada a unidade de Arujá também no interior do Estado de São Paulo. No ano de 2002 uma terceira unidade é aberta em Bataguassu, localizada no interior do estado do Mato Grosso do Sul, suas atividades nesta planta estão voltadas para a produção de alimentos em conserva.⁶

Vamos enfatizar ao longo do texto a unidade de Bataguassu (MS), que controla a produção de pepinos no Pontal do Paranapanema. Esta unidade possui equipamentos modernos com objetivo de produzir picles de pepino e vegetais, pepininho *cornichon*, *relish*, e pimentas variadas como a biquinho, dedo-moça e Jalapeño. Cada setor da produção é mantido sob um rigoroso controle de qualidade segundo a empresa, técnicos agrícolas e agrônomos compõe o corpo técnico.

A empresa no ano de 2015, segundo Benini e Feliciano (2016), passou a desenvolver no Assentamento São Paulo uma área experimental para a produção de pepinos para conserva. Além da área experimental a produção se expandiu e hoje abrange 16 assentamentos de Reforma Agrária, em quatro municípios, envolvendo 120 famílias, sendo estes localizados nos municípios de Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Sandovalina, conforme retrata a tabela a seguir⁷:

⁶ Informações retiradas do *website* da empresa: <http://www.refriconalimentos.com.br/quemsomos.html>

⁷ Cf. Martins, Cantarutti e Soares (2017).

Município	Assentamentos	Nº de famílias por assentamento	Nº de famílias envolvidas no cultivo de pepino	Porcentagem de assentados integrados	Total de famílias envolvidas por município
Teodoro Sampaio	Água Sumida	119	5	4,20%	26
	Santa Teresinha da Água Sumida	48	5	10,4%	
	Fusquinha	46	5	10,8%	
	Santa Zélia	102	9	8,8%	
	Santo Expedito	43	1	2,3%	
	Santa Edwiges	42	1	2,3%	
Presidente Epitácio	São Paulo	76	22	28,9%	22
Mirante do Paranapanema	Santa Rosa II	13	10	76,9%	58
	Margarida Alves	89	12	13,4%	
	São Bento	182	6	13,8%	
	Canaã	54	5	9,2%	
	Estrela Dalva	30	7	23,3%	
	Arco Iris	105	6	5,7%	
	Santa Apolônia	104	12	11,5%	
Sandovalina	Guarani	68	8	11,7%	14
	Bom Pastor	130	6	4,6%	
TOTAIS	16	1251	120	-	120

Tabela 01: Assentamentos que produzem pepinos – 2016

Fonte: Pesquisa de Campo do CEGeT/CETAS. (2016)

Organização: DataCETAS (2017).

A partir do mapa abaixo podemos visualizar quais os assentamentos que estão integrados a essa lógica do plantio de pepinos, para que dessa forma consigamos analisar como estão espacializadas as formas de subordinação imposta pela empresa.

Segundo relatos de campo no Assentamento Bom Pastor (município de Sandovalina), a estratégia da empresa para convencer os camponeses a se submeterem ao pacote de plantio dos pepinos foi despertar o interesse a partir das relações de vizinhança. O primeiro contato com a empresa Refricon, foi através da visita do técnico da empresa no assentamento e/ou por meio de conversas com vizinhos que aceitaram participar desse projeto pela empresa e despertaram interesses nos demais.

O primeiro contato relacionado entre empresa e produtor foi através de uma reunião dirigida por um técnico específico da empresa, no qual explicava como era o projeto, plantio, o procedimento de entrega, o processo de aquisição dos pacotes de sementes e dos “defensivos agrícolas” (venenos) e quais seriam as estruturas necessárias para que o ramo do pepino possa ter seu devido crescimento e que as formas de pagamento seriam através das primeiras colheitas realizadas da produção. Quando ocorria dos produtores despertarem interesse em começar a produzir pepinos, era de sua responsabilidade custear as despesas para o caminhão e levar os produtos até a empresa localizada em Bataguassu-MS. [Para tanto, seria necessário a organização de um grupo de 8 a 10 assentados para reduzir os custos da entrega. É necessário destacarmos que todo acordo realizado com a empresa não é formalizado em contratos, somente pela palavra.

Em relatos identificamos que o acordado pelo técnico da empresa nesse item não condizia com a realidade. Pois tanto no processo de amostragem e seleção dos vegetais quanto no recebimento⁸ dos valores prometidos na reunião não correspondiam com o que estava ocorrendo no dia-a-dia.

O gerente e o pessoal de campo tava aguardando a gente lá e entrou com a gente dentro da fabrica e lá dentro fabrica eu questionei mais os funcionários trabalhando do que o próprio gerente que estava com a gente, por que até então eu pensava que era igual o bixinho da seda, por que o bixinho da seda, se chega la com o bixinho da seda com dez caixas, é tirado um pouquinho de cada caixa e montado uma para fazer análise. Eu pensei que o pepino era o mesmo processo mas que eu vi que eles tiraram um pouquinho de um saco e o resto já joga na esteira.(ENTREVISTADO A, concedida no dia 03/06/2017, no Assentamento Bom Pastor no Município de Sandovalina-SP)

No tocante as relações de trabalho, os camponeses que optaram pela integração, começaram a plantar e contavam além do trabalho de toda família, com ajuda de vizinhos, por

⁸ Segundo um grupo de camponeses que foram acompanhar o processo na Empresa em Bataguassu, o método de avaliação e descarte foi totalmente aleatório, analisando somente algumas unidades de um pacote que corresponderia pela carga inteira.

meio de trocas de serviço ou pagamento de diária. As atividades nesse plantio requerem muitas horas de trabalho, diferente do que inicialmente a empresa havia prometido (apenas 4 horas).

Eu plantei 10 mil pés do pepino em conserva do pequeno, as carga que mandava não tava pagando o pessoal, eu tava com quatro pessoa na minha casa e mais quatro meninos. Agente tava colhendo em média 600 e 700 quilos de pepino, e nesses dois dias de mão-de-obra de colheita a carga que mandavam, não pagava o pessoal trabalhando, então não tirava nem o custo anterior, ai eu peguei e falei pros meninos, pode parar. Pra mim foi um trabalho escravo cara, você entra roça 6 horas da manhã e sai 11 da noite, porque enquanto tem luz você ta colhendo, parou a luz você tem que entrar com defensivo. (ENTREVISTADO A, concedida no dia 03/06/2017, no Assentamento Bom Pastor no Município de Sandovalina-SP)

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atreladas às dinâmicas da natureza. Já a agricultura da indústria, está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo, buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Logo, percebe-se duas dinâmicas distintas e antagônicas e que estão em disputa (BOMBARDI, 2011). Cada safra dura cerca de noventa dias, ou seja, todo esse período o produtor é submetido ao pacote de produção imposto pela empresa.

Neste sentido, vemos que as famílias produtores de pepinos se vêm sem autonomia do cultivo e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente pela exposição ao uso excessivo de agrotóxicos. Porém não podemos perder de vista que é uma das estratégias utilizadas pelo capital para conseguirem expandir seus mercados também nos assentamentos.

Dessa forma a empresa consegue espacializar suas ações, pois, assegura-se no cenário econômico precário -resultado da escassez de políticas públicas e a necessidade do camponês garantir a renda do lote e sobrevivencia da família- oferecendo pacotes agrícolas e alternativas rápidas e eficazes para os assentados, no entanto, sem expor os frequentes riscos dessa integração, ou seja, ficar exposto a intoxicação por conta dos venenos utilizados ou de seus processos de seleção de pepinos extremamente rigorosos, fazendo com que haja um grande descarte da produção e conseqüentemente abaixando muito o valor apresentado e em muitos casos o endividamento..

Alguns de nossos questionamentos aos produtores eram saber quais eram as alternativas de produção além dos pepinos e se essas também utilizam os agrotóxicos, mesmo que em pequenas quantidades. Muito deles relatavam que após parar de entregar para o PAA (Projeto de Aquisição de Alimentos), começaram a trabalhar com os pepinos. Porém suas hortas agroecológicas limitaram-se apenas para o consumo da própria família, sendo a principal justificativa de que com o projeto de plantação dos pepinos não teriam tempo para cuidar dessas hortas, e também que o pepino iria trazer uma renda garantida a cada 15 dias, o que não seria possível no leite e também no cultivo de alimentos agroecológicos, pois não teriam para quem vender.

Entendemos com isso a manifestação de uma das facetas da subordinação da empresa que usa da moral do camponês para empregar seu pacote de exploração, além de que, a empresa não precisa estar diretamente produzindo no campo, mas encontram formas de se apropriar e subordinar a produção (BOMBARDI, 2011).

O veneno está na roça: o uso intensificado de agrotóxicos na produção de pepinos

Outro aspecto que vem somar ao controle e subordinação da renda e trabalho é o uso exacerbado de agrotóxicos na produção dos pepinos com base principalmente nos relatos coletados em campo. É alarmante o uso de agrotóxicos na produção dos pepinos⁹.

Em escala nacional sabe-se que o Brasil lidera o ranking no consumo de agrotóxicos. O país consome sozinho cerca de 1/5 de agrotóxico, o que Bombardi chama de “epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aquela que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas” (BOMBARDI, 2012, p.01).

Em nosso recorte de estudo observamos que “a reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir” (BOMBARDI, 2011). Não podemos deixar de enfatizar que a região do Pontal além desse uso exacerbado de agrotóxicos na produção dos pepinos, sofre constantemente

⁹ Cf. Martins, Cantarutti e Soares (2017).

com a “consequência da pulverização aérea protagonizada pelas agroindústrias canavieiras” (THOMAZ JUNIOR, 2017)¹⁰ que se instalaram nas proximidades dos assentamentos.

Em nossas entrevistas todos os produtores procuram de alguma forma nos relatar sobre o uso intensificado de agrotóxicos:

Era cedo e a tarde em fia. Era máquina de veneno. Máquina de veneno que se não imagina de produto o dia inteiro no pepino. (ENTREVISTADO F, concedida no dia 02/06/2017, no Assentamento Guarani no Município de Sandovalina-SP)

Nos trabalhos de campo presenciamos a aplicação do veneno com o costal e sem nenhum tipo de EPI's. Ao questionarmos o motivo do não uso, a maioria dos produtores afirmava “não sentir nada” no momento da aplicação e que muitas vezes o técnico não os instruíra sobre o uso. Em contraposição, alguns diziam sentir reação no momento de aplicação. A imagem a seguir apresenta um assentado no momento de aplicação do veneno sem nenhum tipo de EPI.



Imagem (01): Momento de aplicação dos agrotóxicos (Trabalho de Campo realizado no Assentamento São Paulo, Município de Presidente Epitácio-SP, no dia 14/10/2016).

¹⁰ Cf. Memorial.

Com as informações orais e registros fotográficos podemos demonstrar quais os principais agrotóxicos e princípios ativos na cultura do pepino conforme a tabela:

Nome Comercial	Título do Registro	Princípio Ativo	Classe	Tipo de Formulação	Toxicologia	Periculosidade
Abamex	Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A	Abamectina	Acaricida e Inseticida de contato e ingestão do grupo químico das avermectinas	Concentrado Emulsionável (EC)	Extremamente tóxico	Classe III - Perigoso ao meio ambiente
Booster MO	Agrichem					
Keshet 25 EC	Adama Brasil S/A	Deltamitrina	Inseticida com modo de ação de contato	Extremamente tóxico	Extremamente tóxico	Perigoso ao meio ambiente
Cercobin 700 WP	Iharabras S.A Indústrias Químicas	Dimethyl 4,4-(o-phenylene)bis (3-thioallophanate) (TIOFANATO-METILICO)	Fungicida sistêmico do grupo químico Benzimidazol			
Decis 25 EC	Bayer S/A	Deltametrina	Inseticida de contato e ingestão do grupo piretroide	Concentrado Emulsionável (EC)	Mediamente tóxico	Classe I - Produto altamente perigoso ao meio ambiente
Dipel WP	Sumito Chemical do Brasil Representações LTDA	Bacillus thuringiensis var, kurstaki	Inseticida biológico de ingestão	Pó molhável (wp)	Altamente tóxico	Classe IV - Pouco perigoso ambiental
Evidence 700 WG	Bayer S/A	Imidacloprido	Inseticida sistêmico do grupo químico Neonicotinoide	Granulado dispensável (wg)	Pouco tóxico	Classe III - Perigoso ao meio ambiente
Manzate WG	United Phosphorus do Brasil LTDA	Mancozebe	Fungicida protetor do grupo químico alquilenobis		Extremamente tóxico	Classe II - muito perigoso ao meio ambiente
Comercial - Recop						
Sassy híbrido	HM. Clause	Pollinizer		Pelculado		
Sett	Fertilizante Foliar	Pollinizer		Fertilizante Fluido		
UP myl	UPL do Brasil - Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A	s-methy n Methycarbamoyloxy, thioacetimidade metomil	Inseticida Sistêmico e de contato	Concentrado solúvel	Extremamente tóxico	Classe II - muito perigoso ao meio ambiente

TABELA 02: PRINCIPAIS AGROTÓXICOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE PEPINOS
 Fonte: Pesquisa de Campo/DataCETAS, 2016. Organização: DataCETAS, 2017

Com essa tabela podemos identificar os venenos utilizados para a produção de pepinos, além de, apresentar quais os principais riscos tanto em relação ao ambiente quanto a exposição aos produtores provocando varios riscos a saúde dos mesmos.

Além da tabela apresentaremos os registros fotográficos obtidos em campo para deixar mais expressivo o objetivo de problematizarmos esse uso exacerbado de agrotóxicos.



Imagem (02 e 03): Venenos utilizados na produção do pepinos (Trabalho de Campo realizado no Assentamento São Paulo, Município de Presidente Epitácio-SP, no dia 14/10/2016).

Em suma todo esse processo imposto pela empresa está atrelado ao ideário do capital de se apropriar da renda e do trabalho dos produtores de pepinos, controlando seu tempo e sua produção. Quanto a este processo, enfatiza Larissa Bombardi (2004):

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização.

A subordinação dos camponeses está alinhada ao processo de monopolização dos territórios, Oliveira ressalta:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (...) ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios (p.233)

Permanecer integrados a produção do pepino faz parte de uma estratégia de sobrevivência e reprodução do campesinato, frente à escassez de políticas públicas voltadas a produção de alimentos. Desta forma os camponeses assentados, sem perspectivas encontram no plantio do pepino integrado a empresa Refricom uma crença de renda por vezes garantida, rápida e economicamente viável.

Considerações finais

Desse modo, concluímos que a lógica de subordinação da empresa está associada com os seus “atrativos” e sua garantia de retorno rápido ao produtor controlando seu tempo, a sua produção e suas técnicas de trabalho, no sentido que as formas de subordinação acontecem indiretamente, ou seja, a empresa se apropria da terra com a ideia de gerar renda ao camponês com a produção de pepinos.

Dessa maneira é evidente que o processo de produção capitalista não necessita se territorializar para continuar suas atividades, pois através da subordinação do trabalho dos camponeses nos assentamentos conquistados com muita luta por meio da reforma agrária, em momento de fragilidade por conta do sucateamento de políticas públicas, faz com que o mesmo não consiga em muitos casos resistir a mudanças em seu modo de cultivar alimentos sem fazer parte dos pacotes tecnológicos.

Diante da pesquisa ainda em andamento, verificamos que esse modelo agricultura baseado no pacote tecnológico imposto pela empresa, altera as formas de produção dos camponeses submetendo-os a intensas horas de trabalho, ficando expostos a grande quantidade de agrotóxicos e com riscos de adoecimento, além de um intenso processo de endividamento.

Referências Bibliográficas

BENINI, L.O; FELICIANO, C. A. **Entre O Campo e a Cidade: Reflexões Sobre o Espaço Da Juventude Camponesa.** Revista Pegada – vol. 17 n.2, p. 208-225, dez.2006

BOMBARDI, L M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos. Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013

A Subordinação da Renda da Terra Camponesa ao Capital. In: BOMBARDI, L M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa.** 1ª edição. ed. São Paulo: Annablume, 2004. cap. IV, p. 249-280. v. 1.

Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: Terras (re) tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema).** 2009

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, B. M. . **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora.** Agrária (São Paulo. Online), v. 0, p. 73, 2008

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo, Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

MARTINS, C. N. **Pepino: produção triplicada.** Revista Cultivar Hortaliças e Frutas, Pelotas, n. 24, 2004.

MARTINS, M.A; CANTARUTTI, D.C; SOARES, G.O.S. **A relação da subordinação do trabalho e da renda dos assentados encontradas nas dinâmicas de produção de pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema-SP.** In: XVIII Jornada do Trabalho, 2017. Goiânia. Anais. 2017.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil.** Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

Refricon Vegetable Foods. Disponível em: <http://www.refriconalimentos.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI.** 1ª edição. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5

ORIGUELA, C. F. **A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP.** In: XIII Jornada do Trabalho, 2012, Presidente Prudente. XIII Jornada do Trabalho -, 2012.